



Proposta de nova política industrial para a UE mira adaptação a megatendências **2**

Comissão propõe um quadro europeu para *screening* de investimentos **3**

Brexit: após concessões de britânicos, rodada encerra com tímido avanço **5**

INFORMATIVO DE BRUXELAS



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

MERCOSUL: rumo a Buenos Aires

As negociações do Acordo UE-Mercosul deverão manter passo acelerado com encontros mensais entre negociadores até o final deste ano, quando a conclusão de um acordo político poderá ocorrer. Na prática, esforços estão sendo concentrados para que as principais concessões e temas de maior sensibilidade sejam acordados até dezembro, com apenas aspectos técnicos sendo deixados para 2018.

Negociadores do Mercosul, embora desejem a conclusão do Acordo até dezembro, quando ocorrerá a Conferência Ministerial da OMC em Buenos Aires, salientam que somente um resultado equilibrado será aceito. Para tanto, acordo deverá ser alcançado nos próximos meses quanto às principais ofensivas de ambos os lados.

Nestas circunstâncias, a demora europeia em apresentar sua oferta completa torna o cronograma desafiador. No ano passado, europeus retiraram da mesa quotas tarifárias para produtos considerados sensíveis no bloco, como carne bovina e etanol. Estes números somente deverão ser apresentados na próxima rodada de negociações em Brasília, de 2 a 6 de outubro.

Grupo de Estados-Membros pressiona Comissão contra a abertura a produtos agrícolas

Na semana anterior à rodada de negociações em Brasília, um grupo de 11 Estados-Membros, em grande parte produtores agrícolas, enviaram à Comissão Europeia carta na qual afirmam ser

“inoportuna” a concessão de quotas tarifárias para produtos agrícolas “sensíveis” como carne bovina e de aves, etanol e açúcar ao Mercosul.

Os países sugerem à Comissão a elaboração de um método para definir valores mínimos e máximos para concessões, levando em conta valores que já foram concedidos em outras negociações passadas, e que futuramente poderão ser concedidas em negociações futuras com a Austrália, Nova Zelândia e México. A carta também inclui pedido por uma segmentação mais detalhada de quotas, mecanismos de salvaguardas e demais condicionantes, como padrões ambientais e sanitários, que poderiam permitir a suspensão de preferências.

O lobby agrícola europeu tem sido especialmente vocal em Bruxelas nos últimos meses, destacando supostas dificuldades do setor com a redução do consumo de carne no bloco e a saída do Reino Unido. A pressão dos representantes setoriais tem acirrado divisões internas entre a Direção de Comércio e de Agricultura da Comissão em relação ao Acordo.

Durante o encontro em Bruxelas, negociadores de ambos os lados participaram de evento da Direção-Geral de Comércio da UE com stakeholders europeus de diversos segmentos como ONGs, entidades setoriais, acadêmicos e sindicatos. Na ocasião, representantes do setor agrícola expuseram argumentos relativos aos padrões

continua

sanitários e fitossanitários do Mercosul, os quais consideram menos rigorosos que aqueles exigidos na UE. Sandra Gallina, negociadora-chefe europeia, rebateu a questão. “Fique certo que estamos buscando os padrões mais altos e nossos parceiros também”.

Próximos Passos

A rodada de negociações em Brasília entre os dias 2 e 6 de outubro será seguida por um encontro interseccional, de 6 a 10 de novembro na mesma cidade. Caso avanços significativos sejam alcançados, um acordo político poderá ser celebrado entre as partes às margens da Conferência

Ministerial da OMC, de 10 a 13 de dezembro em Buenos Aires. Ministros dos Estados-Membros da UE estarão presentes na Conferência, o que possibilitaria encontro informal do Conselho da UE para assinatura do Acordo. Durante a ocasião o Mercosul ainda estará sob a presidência *pro tempore* brasileira.

Trabalhos técnicos teriam continuidade no próximo ano e, uma vez concluído o Acordo, estima-se que o processo de ratificação em ambos os blocos poderá levar cerca de três anos, para somente então entrarem em vigor as regras preferenciais acordadas.

Proposta de nova política industrial para a UE mira adaptação a megatendências

A Comissão Europeia publicou no último dia 13 de setembro uma nova proposta de estratégia industrial para o bloco. A comunicação, intitulada “*Investing in a smart, innovative and sustainable Industry*” lista prioridades para a adaptação da indústria europeia a megatendências como automatização, digitalização e economia de baixo carbono.

A proposta é parte de uma estratégia mais ampla de posicionamento do bloco no mercado global. “Concorrentes da UE estão investindo em peso no aprimoramento de suas indústrias ... *players* como a China estão começando a competir em segmentos de maior valor agregado”, destaca a Comunicação. “Áreas econômicas mais dinâmicas, competitivas e adaptáveis às megatendências é que ganharão mercados”, declarou o Vice-Presidente da Comissão, Jyrki Katainen, em conferência com a imprensa.

O documento destaca que avanços tecnológicos em áreas como robótica, internet das coisas, sistemas de energia e a bioeconomia têm transformado processos tradicionais de produção. Neste contexto, a proposta defende que condições devem ser criadas para que a indústria europeia faça a sua parte na atualização da sua base tecnológica, internalização de princípios de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento de modelos de negócio adaptados a novos contextos.

Estratégia permeia espectro de atuação da União

Apesar de não trazer propostas concretas, o documento lista diretrizes e prioridades em diferentes frentes. Segundo a Comissária europeia para o Mercado Interno, Elżbieta Bieńkowska, propriedade intelectual terá papel central na estratégia, e novas iniciativas serão divulgadas em novembro com vistas a atualizar o atual quadro regulatório nesta área. Compras governamentais também deverão ser sujeitas a novas medidas de modo a tornarem-se “estratégicas” na promoção de tecnologias inovadoras e sustentáveis. Dentro do Mercado Único, novas regras deverão simplificar procedimentos de reconhecimento mútuo de padrões e a coordenação entre autoridades de fiscalização de mercado no bloco.

A digitalização da indústria é também prioridade da estratégia. Novas iniciativas seriam propostas no âmbito do Mercado Único Digital com foco em inteligência artificial, computação de alta performance, economia de dados e demais áreas relevantes para a formação de ecossistemas industriais *smart* e aplicativos de *big data*.

A transição para economia de baixo carbono permeia diversos pontos da estratégia, sobretudo no que toca a mobilidade. Segundo a Comunicação, o setor automotivo europeu deverá passar por mudanças profundas para manter-se competitivo no mercado global. Carregadores elétricos estão

sendo instalados através da Europa e investimentos em tecnologias de baterias estão sendo realizados pelo setor público e privado de modo a promover esta mudança. A Comissão afirma que a indústria automotiva deverá acelerar a transição para carros elétricos ou que utilizem outras tecnologias de menor emissão. “Caso contrário, estes serão produzidos fora da UE”, declarou Bieńkowska.

Por fim, o fortalecimento de instrumentos de defesa comercial e o *screening* de investimentos são também listados como parte da estratégia, no âmbito de estabelecer um *level playing field* no comércio internacional do bloco. A proposta para revisão de investimentos foi publicada pela Comissão no mesmo dia do lançamento da estratégia de política industrial. Mais informações sobre este ponto se encontram mais à frente nesta edição do Informativo de Bruxelas.

Comissão propõe um quadro europeu para *screening* de investimentos

No último dia 13 de setembro, o Presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker divulgou em seu pronunciamento anual ao Parlamento Europeu, uma proposta de quadro regulatório europeu para análise de Investimento Estrangeiro Direto (IED). A proposta tem como foco os riscos de investimentos estrangeiros à “segurança e ordem pública”. Apesar de manter decisões finais nas mãos dos Estados-Membros, o regulamento proposto confere à Comissão novos meios de influência sobre os mesmos.

A proposta da Comissão prevê a criação de um mecanismo de cooperação, por meio do qual Estados-Membros compartilharão informações sobre IEDs planejados ou realizados em seu território, garantindo aos demais Estados-Membros a Comissão Europeia a oportunidade de fornecer comentários. O novo arranjo não exigiria a adoção de mecanismos de revisão de investimentos a nível nacional, mas serviria como complemento e elevaria a coordenação entre aqueles já existentes.

Nos casos em que IEDs afetem projetos ou programas de interesse da União, a Comissão teria a prerrogativa de realizar sua própria revisão, mantendo-se no escopo de ameaças à segurança ou ordem pública. Apesar de reter o poder decisório final, o Estado em questão deverá levar em “máxima consideração” a opinião emitida pela Comissão, devendo justificar possível decisão de não segui-la.

Na determinação de riscos à segurança e ordem pública, os Estados-Membros e a Comissão deverão levar em conta a presença de controle

governamental sobre investidores estrangeiros, por exemplo por meio de financiamento público. O maior potencial de risco estaria em setores envolvendo infraestrutura, tecnologias e insumos considerados críticos.

Estados-Membros pressionam por mecanismos de defesa mais afiados

A proposta de Juncker foi anunciada em meio a crescente pressão por parte de Estados-Membros como França, Alemanha e Itália por um quadro legal europeu que lhes permitisse reforçar seus mecanismos nacionais de revisão de investimentos. A agenda ganhou tração com a eleição de Emmanuel Macron na França, e constitui resposta ao aumento do IED, sobretudo chinês, em setores europeus considerados estratégicos.

Em debate no Parlamento Europeu, o relator do dossiê, deputado francês Frank Proust, do grupo político Partido Popular Europeu, destacou em sua intervenção que “a EU deve permanecer aberta a investimentos, mas existe a preocupação de que países terceiros como a China e o Brasil estejam mirando setores estratégicos em velocidade crescente”.

O novo quadro regulatório responde também à insatisfação por parte de Estados-Membros com relação às condições oferecidas a investidores europeus em demais países, em particular na China, onde consideram o tratamento recebido menos favorável do que aquele garantido a investidores estrangeiros na UE. O novo instrumento daria assim maior poder ao bloco para negociar condições de investimentos favoráveis com países parceiros.

Acordos comerciais e parcerias: atualização

■ Austrália e Nova Zelândia

O Presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, aproveitou também do seu discurso ao Parlamento no último dia 13 de setembro para anunciar a publicação das propostas de mandatos negociadores para os acordos com a Austrália e Nova Zelândia. O mandato, uma vez aprovado pelo Conselho da UE, autoriza a Comissão a iniciar negociações em nome dos 28 Estados-Membros.

Apesar de já serem esperadas em Bruxelas, as propostas de mandato surpreenderam por não incluírem negociação de proteção de investimentos. A proposta segue a linha anteriormente sinalizada por Juncker de acelerar a ratificação de acordos de comércio por meio da extração de disposições de competência nacional, como proteção de investimentos. Ao incluir somente questões de competência da União, acordos de comércio poderão ser ratificados inteiramente por Bruxelas, sem necessitar da autorização dos cerca de 40 parlamentos nacionais e regionais na UE.

■ Canadá

No último dia 21 de setembro, entrou em aplicação provisória o Acordo de comércio UE-Canadá (CETA), após ratificação do Parlamento Europeu em fevereiro deste ano. Na prática, 98% das linhas tarifárias que a UE comercializa com o Canadá foram liberalizadas. Entre outras disposições, também já vigora o acesso facilitado para empresas europeias ao mercado de contratos públicos canadense e a proteção de 143 indicações geográficas europeias no país. Pelo momento, permanecem não aplicáveis disposições de competência nacional, em particular proteção de investimentos. O Acordo deve ser aprovado por cerca de 40 parlamentos nacionais e regionais na UE para entrar em vigor integralmente, não havendo um prazo limite para a conclusão deste processo.

BREXIT: após concessões de britânicos, rodada encerra com tímido avanço

A quarta rodada de negociações da saída do Reino Unido da União Europeia foi concluída em tom construtivo em Bruxelas no último dia 28 de setembro. O encontro teve início em nota positiva após pronunciamento da primeira-ministra britânica Theresa May sinalizar concessões na semana anterior. Mesmo com os avanços comunicados em matéria de direitos dos cidadãos e do acordo financeiro durante a rodada, europeus julgam progresso insuficiente para dar prosseguimento ao diálogo sobre futura relação comercial com o país.

O pronunciamento de Theresa May na cidade de Florença, na Itália, dias antes da rodada, teve reações mistas na capital europeia, com críticas à falta de clareza – e mesmo de entusiasmo – na intervenção. O negociador-chefe europeu, Michel Barnier, afirmou, no entanto, que May “conferiu nova dinâmica às negociações”. Em seu discurso, a primeira-ministra afirmou que será necessário um

período de implementação de cerca de dois anos para um novo acordo após a saída do Reino Unido do bloco em março de 2019. Considerada um sinal de maior realismo, a proposta não trouxe, porém, nenhuma indicação de quais seriam os termos aplicáveis durante este período.

Em comunicado, o deputado belga liberal Guy Verhofstadt, encarregado do dossiê Brexit no Parlamento Europeu, afirmou que a transição somente pode ser uma continuação das obrigações atuais do país “será impossível termos *cherry-picking*”, afirmou se referindo ao possível desfrute de direitos, como acesso ao Mercado Único para comércio e investimentos, sem o respeito a deveres, como trânsito livre de pessoas que o mesmo também exige.

A priorização da integridade do Mercado Único, que determina a livre circulação de bens, serviços,



capital e pessoas na UE, é compartilhada também por diversos setores da indústria. Pesquisa da Câmara de Comércio e Indústria da Alemanha revelou que 87% das empresas no país estariam dispostas a aceitar os prejuízos do Brexit para preservar a integridade do Mercado Único. Em termos práticos, apesar dos possíveis ganhos financeiros, um tratamento preferencial ao Reino Unido abriria um precedente arriscado ao demonstrar ser possível a demais países saírem do bloco e manterem acesso aos benefícios do Mercado Único sem as devidas obrigações.

“Termos de divórcio” seguem sob negociação

“Tivemos uma semana construtiva, sim, mas não estamos lá ainda” declarou Barnier ao final da rodada, indicando não haver ainda “progresso substantivo” para que negociações passem à segunda fase e comecem a tratar da futura relação comercial entre as partes. Desde o lançamento das negociações, europeus deixaram claro que somente iniciariam diálogo sobre comércio uma vez estabelecidos os termos de saída, a saber direitos dos cidadãos, acordo financeiro e fronteira com a Irlanda.

A última rodada de negociações teve como principal resultado o acordo do Reino Unido em incorporar a leis britânicas as condições de seu futuro acordo de saída do bloco, conferindo efeito imediato às mesmas. Isto garantiria previsibilidade aos cidadãos da UE no país e permitiria aos mesmos invocar seus direitos, como definidos no acordo de saída, perante cortes britânicas. A jurisdição da Corte Europeia de Justiça permanece, no entanto, indefinida. Europeus afirmam que a Corte deverá continuar arbitrando matérias que concernem cidadãos europeus no Reino Unido - cenário que britânicos recusam.

No que toca ao acerto financeiro, os demais 27 Estados-Membros não terão que “pagar mais ou receber menos” do restante do plano orçamentário devido à saída do Reino Unido, afirmou May em seu discurso. Negociadores reiteraram que declarações da primeira-ministra se limitam a 2019 e 2020. Segundo Barnier, no entanto, o Reino Unido ainda não apresentou em detalhes como pretende calcular seus compromissos financeiros perante a UE.

Por fim, sobre a fronteira com a Irlanda não houve qualquer definição. Ambas as partes admitem o caráter “especial” da questão, por se tratar da única fronteira terrestre entre o Reino Unido e a UE, e a qual testemunhou recente processo de pacificação. Ambos os lados afirmam concordar com a importância da manutenção do *Good Friday Agreement*, que estabeleceu arranjos institucionais de governança entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda. Negociadores UE, no entanto, buscam formas de equilibrar esta prioridade com a integridade do Mercado Único europeu e a possível necessidade de controles na fronteira uma vez que o Reino Unido esteja fora do bloco.



AGENDA

Destaques de outubro e novembro de 2017

02-05/10	Estrasburgo, França Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda provisória já está disponível.
02-06/10	Brasília, Brasil XXIX Sessão do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul – União Europeia.
16/10	Luxemburgo Formação do Conselho – Negócios Estrangeiros.
23-26/10	Estrasburgo, França Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda estará disponível em breve.
06-10/11	Brasília, Brasil Encontro Interseccional do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul – União Europeia.
10/11	Bruxelas, Bélgica Formação do Conselho – Negócios Estrangeiros.
13-14/11	Bruxelas, Bélgica Formação do Conselho – Negócios Estrangeiros.
13-16/11	Estrasburgo, França Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda estará disponível em breve.
27/11	Bruxelas, Bélgica Formação do Conselho – Negócios Estrangeiros.
29-30/11	Bruxelas, Bélgica Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda estará disponível em breve.